

Moção

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA IMPÕE EXIGE MEDIDAS URGENTES

A situação económica e social nacional está marcada pelo agravamento acelerado dos principais défices estruturais do País, pela degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo e pela acumulação de milhões de euros de lucros pelos grupos económicos e multinacionais, que aproveitam agora a guerra e as sanções tal como antes aproveitaram a epidemia para alcançarem os seus intentos.

O agravamento do custo de vida, com a especulação e uma generalizada subida dos preços dos bens e serviços essenciais, que se verificou a partir do segundo semestre de 2021 e que se acentua ao longo de 2022, tem vindo a traduzir-se na erosão do valor real dos salários, das reformas e pensões, e no disparar dos lucros da generalidade dos grupos económicos que dominam a economia nacional. É neste contraste, entre o empobrecimento da larga maioria da população e o aumento da riqueza acumulada por uma ínfima minoria, que vive o nosso País.

A situação dos combustíveis, que já aqui trouxemos, é particularmente escandalosa.

Para não enfrentar as petrolíferas e não pôr em causa o famigerado mercado que lhes garante lucros colossais, o Governo recusa-se a tomar medidas de controlo e fixação de preços, permitindo a continuação de uma espiral de aumentos que dura há anos.

Em matéria de produção nacional, designadamente agro-alimentar, a situação não é menos preocupante.

Apesar de Portugal dispor de importantes potencialidades e recursos produtivos, as últimas décadas caracterizaram-se pelo seu desaproveitamento e pela destruição do aparelho produtivo e da produção nacional, acentuando dependências externas que, sobretudo no contexto internacional que vivemos nos últimos anos, se têm revelado flagrantemente

contrárias à garantia de satisfação das necessidades do povo e do País e de um rumo de desenvolvimento soberano para Portugal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mora, reunida em sessão ordinária a 30 de Junho de 2022, exorta o senhor Primeiro-Ministro e através dele o Governo a:

1. A aumentar quanto antes o salário mínimo para 850 Euros;
2. A colocar em prática uma política que promova o aumento generalizado de salários e pensões, e medidas de defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores;
3. A promover uma política de valorização dos serviços públicos, mormente o tão depauperado Serviço Nacional de Saúde;
4. A promover uma política de apoio à produção nacional;
5. A promover uma política corajosa capaz de enfrentar os interesses dos grandes grupos económicos e tome medidas para controlo e fixação de preços.

A Assembleia Municipal de Mora deliberou ainda que seja dado conhecimento desta Moção à população do Concelho de Mora através dos canais de informação da Câmara Municipal - Boletim Municipal, portal institucional e página oficial do facebook – e enviada ao senhor Primeiro-Ministro, à senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Neste contexto de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, dos pensionistas e reformados, a CDU apela à participação na Manifestação Nacional convocada pela CGT-IN, no próximo dia 7 de Julho, em Lisboa.

Moção apresentada pelo “Grupo Municipal da CDU”.

Mora, 30 de Junho de 2022

Aprovada com maioria
10 votos a favor - CDU
9 votos contra - PS